

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

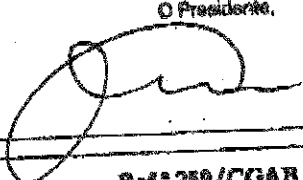
ADMITIDO, NÚMERO-SE PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

PUBL. *Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros*

Rebata à Comissão: *de Economia*

Para parecer até: *20/10/13*
20/10/14

O Presidente,




Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ref.º 259/CGAB/SEPCM/2011

Data: 3. Outubro. 2011

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de
junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do
artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o
seguinte projecto de diploma:

— Projecto de decreto-lei que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008,
de 10 de Novembro, que estabelece o regime do exercício da actividade pecuária —
MANAOT — (Reg. DL 89/2011).

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo
da Região Autónoma dos Açores solicita-se a emissão de parecer, por razões de urgência,
até ao próximo dia 13 de Outubro de 2011.

A urgência fundamenta-se na necessidade de, no mais curto espaço de tempo, proceder ao
alargamento dos prazos para a regularização do licenciamento exigido na actividade
pecuária.

Com os melhores cumprimentos,

P.º O Chefe do Gabinete

João José Martins
(Francisco José Martins)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 3345 PROC. Nº 08.06

Data: 21/10/14 Nº 162/1X



Ministério d.....

Decreto n.º

DL 80/2011

2011.09.27

O Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 316/2009, de 29 de Outubro, 78/2010, de 25 de Junho, e 45/2011, de 25 de Março, aprovou o Regime de Exercício da Actividade Pecuária (REAP) nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, bem como o regime a aplicar às actividades de gestão, por valorização ou eliminação, dos efluentes pecuários, anexos a explorações pecuárias ou em unidades autónomas.

A Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, estatui, nomeadamente, que o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território tem por missão a definição, coordenação e execução de políticas agrícolas, agro-alimentar, silvícola, de desenvolvimento rural, de exploração e potenciação dos recursos do mar, de ambiente e de ordenamento do território, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial.

Neste novo contexto, importa que o REAP seja perspectivado à luz das sinergias que esta nova configuração proporciona, o que, ademais, é exigido pela actual situação económica do país.

Por outro lado, e atendendo ao prazo que o próprio Decreto-Lei n.º 214/2008, 10 de Novembro, consagra para a sua revisão, afigura-se oportuno proceder àquela reflexão.

Com o presente diploma, entende-se ser adequado alargar alguns dos prazos, nomeadamente os referentes à reclassificação e regularização da actividade pecuária, sem pôr em causa o cumprimento dos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis a esta actividade, designadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, ambiente, bem-estar animal e condições higio-sanitárias, e recursos hídricos.



Ministério d.....



Decreto n.º

Acentua-se, ainda, que esta alteração tem em conta o conhecimento actualmente disponível quanto ao número de explorações licenciadas no universo das explorações existentes. O correspondente rácio indicia a necessidade de acréscimos de reorganização dos departamentos da Administração Pública envolvidos e recomenda a promoção de uma análise detalhada que fundamente uma eventual reformulação do modelo e ou da sua aplicação.

Cumpra salientar ainda a necessidade de dotar a Administração Pública das necessárias ferramentas, previstas já no actual regime, designadamente dos sistemas de informação, com vista à integração e partilha das mesmas, de forma credível, por todos os envolvidos, investindo-se, assim, numa maior transparência do processo.

Regista-se, no entanto, um apreciável número de processos apresentados que revelaram existir, por parte de titulares das explorações, vontade de proceder ao licenciamento das mesmas. Esta constatação deve motivar uma discriminação positiva desses titulares. Neste sentido, prevê-se, no actual diploma, a implementação de um sistema de valoração das taxas previstas que toma em consideração o tempo que medeia entre a efectivação do acto e o tempo limite para término do mesmo.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro

Os artigos 66.º e 67.º do Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2009, de 29 de Outubro, 78/2010, de 25 de Junho, e 45/2011, de 25 de Março, passam a ter a seguinte redacção:



Ministério d.....



Decreto n.º

«Artigo 66.º

[...]

1 - As actividades pecuárias já licenciadas ou autorizadas ao abrigo da legislação anterior devem promover junto da entidade coordenadora, até 31 de Março de 2013, a actualização dos registos das explorações e solicitar a reclassificação das suas actividades pecuárias, com a actualização do cadastro de acordo com as disposições do presente decreto-lei e das respectivas portarias.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - O prazo previsto no n.º 1 não prejudica a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no artigo 10.º da Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, bem como o cumprimento dos condicionalismos legais e regulamentares aplicáveis à actividade pecuária, designadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, ambiente, bem-estar animal e condições higio-sanitárias e recursos hídricos.

Artigo 67.º

[...]

1 - [...].



Ministério d.....



Decreto n.º

2 - O titular de uma actividade pecuária existente à data da entrada em vigor do presente decreto-lei que não possua título válido ou actualizado face às condições actuais da actividade, tendo em consideração a capacidade, o sistema de exploração ou o tipo de produção, deve apresentar, até 31 de Março de 2013, pedido de regularização da actividade pecuária.

3 - [...].

4 - [...].

5 - O prazo previsto no n.º 2 não prejudica a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no artigo 10.º da Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, bem como o cumprimento dos condicionalismos legais e regulamentares aplicáveis à actividade pecuária, designadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, ambiente, bem-estar animal e condições higio-sanitárias e recursos hídricos.»

Artigo 2.º

Alteração ao anexo IV ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro

O anexo IV ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 316/2009, de 29 de Outubro, 78/2010, de 25 de Junho, e 45/2011, de 25 de Março, é alterado de acordo com o anexo ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.



Ministério d.....



Decreto n.º

Artigo 3.º

Produção de efeitos

O presente decreto-lei produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2011.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

A Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

O Ministro da Saúde



Ministério d.....



Decreto n.º

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

«ANEXO IV

[...]

1.º

[...]

2.º

[...]

3.º

[...]

4.º

[...]

5.º

[...]

- 1 - Beneficiam de uma redução de 50% do pagamento de taxas a reclassificação das actividades pecuárias já licenciadas ou autorizadas, prevista no artigo 66.º, se o processo de reclassificação da actividade pecuária for instruído favoravelmente no prazo previsto, bem como as actividades pecuárias cujo processo de licenciamento tenha sido aceite ao abrigo de anterior legislação e, no prazo de doze meses após o início da produção de efeitos do presente decreto-lei, seja reformulado de modo a cumprir as normas do presente decreto-lei e submetido pelo titular à entidade coordenadora.



Ministério d.....



Decreto n.º

- 2 - As actividades pecuárias existentes que apresentem, após 1 de Outubro de 2012, o pedido de regularização ou o pedido de alteração da licença ou do título de exploração ao abrigo do regime de exercício da actividade pecuária, na redacção conferida pelo presente decreto-lei, têm um agravamento de 25% no valor das taxas previstas no presente decreto-lei.»